

|| SOCIEDADE

Cardeal considera a relação actual entre Igreja e Governo "delicada"

RITA CARVALHO



"Delicado." Foi assim que o patriarca de Lisboa classificou ontem o momento que actualmente vive a relação entre o Estado e a Igreja Católica. Apesar de não querer dramatizar a situação e de recusar alimentar polémicas na praça pública, num encontro com os jornalistas, D. José falou dos temas quentes e das posições que distanciam o clero do Governo.

As mudanças previstas no projecto de diploma sobre a assistência espiritual nos hospitais, a reforma no sistema da educação que afecta as instituições da Igreja e a questão do apoio social são assuntos nos quais, afirmou o cardeal, é preciso "apaziguar e pacificar" posições através do diálogo. Apesar de considerar que há forças e pessoas empenhados em impedir que a Igreja exerça o seu papel na sociedade, o cardeal-patriarca não inclui o Governo nessa posição, embora reconheça que a sua visão da sociedade difere muito da da Igreja.

Sobre o tema das capelarias hospitalares, D. José considerou que a discussão está numa fase muito inicial e que "ainda há muita loiça para

Diário de Notícias 03-10-2007

partir", embora afirme, desde já, que a forma como o Governo está a abordar a questão demonstra "desconhecimento" da realidade. Aliás, após a polémica, o primeiro-ministro chamou a si a coordenação do assunto.

D. José garantiu que a Igreja é a maior defensora da liberdade de consciência e que há colaboração dos sacerdotes dos hospitais com crentes de outras confissões. Aliás, disse, têm sido " as capelanias católicas a chamar os ministros de outras religiões para assistir os seus fiéis". Para o cardeal está fora de questão que este serviço deixe de existir, embora esteja por definir o seu novo enquadramento. Para debater esta questão, bem como outras, o Patriarcado propõe a criação de uma comissão de negociação que possa reunir com representantes do Estado na área social, da saúde e da educação.

As críticas mais violentas à actuação do Estado chegaram pela voz do cónego Francisco Crespo. O responsável da pastoral sociocaritativa realçou a falta de apoio ao trabalho social desempenhado pela Igreja, expresso na diminuição do financiamento e no afastamento da acção das instituições católicas. Por exemplo: o encerramento dos ATL motivado pelo alargamento do período escolar que criou centenas de desempregados; ou o alargamento da rede do pré-escolar sem, acrescentou D. José, contar com a colaboração das instituições privadas geridas pela Igreja.